



MEIO AMBIENTE

Chuvas no RS reabrem as feridas da tragédia de 2024

Governo gaúcho afirma que a precipitação pluviométrica que assola o estado, desde o começo desta semana, não tem a mesma intensidade do ano passado. Mas, até agora, são 6,5 mil desalojados e desabrigados, três mortos e 107 municípios afetados

» IAGO MAC CORD*

Apesar de o governo gaúcho não considerar que as chuvas que atingem o Rio Grande do Sul desde o começo desta semana sejam da mesma intensidade das que inundaram e causaram grandes destruições em 2024, a Defesa Civil está de prontidão por conta das três mortes, aproximadamente 6,5 mil desabrigados e desalojados a deixar suas casas e 107 municípios afetados. Isso, porém, não diminui a preocupação de quem perdeu tudo no ano passado, começava a se reerguer e a reconstruir o patrimônio e, agora, vê a possibilidade de tudo se perder mais uma vez.

É o caso de Ana Paula Krum, moradora do município de Guaíba, um dos mais afetados pela catástrofe de 2024. Ela, que atualmente está desempregada, contou que, por mais de 10 dias, viu a própria casa debaixo d'água. Perdeu móveis, roupas, eletrodomésticos, foi forçada a ficar apenas com a roupa do corpo e não tem ainda um balanço do tamanho do prejuízo financeiro. E como muitos, teme estar diante da mesma situação vivida no ano passado.

“É uma mistura de sentimentos. Dói muito ter de voltar para casa e colocar no lixo os pertences que você tanto lutou para adquirir”, lamenta, acrescentando que o medo se potencializa pelo fato de que, segundo ela, nenhuma melhoria foi feita em seu município para evitar cheias causadas pelo transbordamento dos rios e córregos por conta das chuvas intensas. “Apenas arrumaram o que foi destruído pela água”, critica.

Sonia Paiva, de Eldorado do Sul, passou pela mesma situação de Ana Paula, no ano passado. Ela contabiliza ter perdido, com os alagamentos de 2024, por volta de R\$ 30 mil em bens. Mas o prejuízo não é apenas material: há o sofrimento psicológico, que potencializa o medo permanente que vem sempre que se aproxima uma chuva mais forte. Assim como Ana Paula, Sonia diz ter não visto nenhuma obra, desde o ano passado, para mitigar os problemas causados pelas inundações.

“Continua tudo na mesma. Ônibus, por exemplo, rodam a hora que querem e podem. É pior: formou-se uma ilha no Guaíba que impede o escoamento da água.

Maurício Tonetto/Secom/Governo do RS



Com o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (E), Leite anunciou a liberação de R\$ 60 milhões em recursos para os municípios afetados

Como não para de chover, estamos apreensivos e de mãos atadas, sem saber o que fazer. A Defesa Civil está alertando que, caso o rio transborde, teremos de abandonar a casa”, relata, apreensiva.

Ontem, em Porto Alegre, equipes da Defesa Civil colocaram sacos de areia para formar barreiras de contenção para evitar a inundação do centro da capital gaúcha. Na Bacia do Guaíba, a medição feita na Régua do Gasômetro mostra que o nível está em 2,8m — o nível de inundação é de 3,6m. O Rio Grande do Sul tem pelo menos 44 pontos de inundação parcial ou total de rodovias.

O município de Jaguari está com decreto de estado de calamidade pública e outros oito, em situação de emergência — Dona Francisca, Cerro Branco, Agudo, Nova Palma, Cruzeiro do Sul, Passa Sete, São Sebastião do Caí e Cacequi.

Dinheiro

O governador Eduardo Leite (PSD), porém, anunciou a disponibilização de R\$ 60 milhões em

João Pedro Rodrigues/Secom/Governo do RS



Donativos são recolhidos para serem entregues a quem teve de sair de casa

recursos emergenciais aos municípios atingidos pelo temporal, no encontro que teve, ontem, em Santa Maria, com mais de 30 prefeitos e representantes da região

central do estado. De acordo com o governo estadual, “a chuva de junho não se equivale a catástrofe que assolou o Rio Grande do Sul, em maio de 2024”. “O volume

dos rios e os alertas emitidos pela Defesa Civil denotam que a situação atual é distinta da que ocorreu no ano passado”, destaca, em nota enviada ao **Correio**, acrescentando que desde a catástrofe do ano passado, tem mobilizado investimentos para mitigar os impactos e preparar a região contra desastres ambientais.

Segundo o governo gaúcho, o pilar do esforço de reconstrução e proteção contra novos alagamentos é o Plano Rio Grande, que investiu mais de R\$ 8 bilhões até o momento. A maior parte desses recursos vem do adiamento, por 36 meses, do pagamento da dívida do Estado com a União.

Isso, porém, é rebatido pelo deputado Paulo Pimenta (PT-RS), que, em 2024, foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para atuar como ministro extraordinário pela reconstrução do Rio Grande do Sul. Em um vídeo postado nas redes sociais que mantém, criticou o governo de Eduardo Leite por não utilizar corretamente o valor

R\$ 60 MILHÕES

foi quanto o governo gaúcho anunciou para os municípios afetados pelas inundações

destinado ao Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs).

“O dinheiro do Funrigs é para isso: obras de residência, alternativas de acesso e recuperação de diques. Sugiro, inclusive, que vocês entrem no site do Funrigs e olhem a aplicação dos recursos. Está havendo uma distorção do Funrigs. O dinheiro é para obras de reconstrução. Acho um absurdo pegar R\$ 1,3 bilhão e querer entregar para uma concessionária. O (presidente) Lula autorizou o Funrigs para obras de reconstrução”, acusou.

O Ministério das Cidades, por sua vez, informou ao **Correio** que, por meio do Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos (Fierce), destinou R\$ 6,5 bilhões à recuperação de infraestruturas no Rio Grande do Sul desde a crise de 2024. A pasta afirmou, ainda, que desde dezembro do ano passado — quando houve a disponibilização —, “os recursos ainda não foram acessados devido à ausência de projetos apresentados pelo estado, mas permanecem disponíveis e podem ser utilizados assim que houver demanda formalizada”.

“Além disso, por meio do Novo PAC, a Secretaria Nacional de Periferias e a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental destinam aproximadamente R\$ 6,8 bilhões ao Rio Grande do Sul, com foco em subeixos como Urbanização de Favelas, Contenção de Encostas e Drenagem Urbana, sendo mais de 95% desse montante direcionado especificamente para obras de controle e redução de inundações”, destacou o ministério.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

Em 4ª carta, presidente da COP30 cobra engajamento

» RAFAELA GONÇALVES

Na nova carta da presidência da COP30, divulgada ontem em Bonn, Alemanha, o Brasil apresentou uma agenda de ações para tirar do papel os compromissos climáticos assumidos no Acordo de Paris, que acaba de completar 10 anos. O documento, que é o quarto da organização brasileira da conferência do clima, reforça que “é hora da ação”, uma vez que há a percepção cada vez maior de que a conferência do clima em Belém, em novembro, apenas reforce o fracasso dos poucos resultados obtidos no encontro de Baku, no Azerbaijão, no ano passado.

O texto apresentado pelo embaixador André Corrêa do Lago — presidente da COP30, que se realiza em Belém, em novembro — inclui 30 ações concretas divididas em seis eixos, como uma estratégia para a implementação do Balanço Global (GST,

na sigla em inglês) do acordo. “A presidência convida todas as partes interessadas, governamentais ou não, a trabalhar conjuntamente para a plena implementação do Acordo de Paris e do GST, não apenas nas contribuições nacionalmente determinadas (NDCs, sigla em inglês) dos países e na cooperação internacional, mas, também, em compromissos voluntários no âmbito da Agenda de Ação”, diz um trecho do documento.

Os seis eixos do documento são: transição energética, da indústria e dos transportes; gestão das florestas, oceanos e biodiversidade; transformação da agricultura e dos sistemas alimentares; criação de resiliência para as cidades, infraestruturas e oferta de água; promoção do desenvolvimento humano e social; e promoção e aceleração de capacidades — incluindo financiamento, transferência tecnológica, fortalecimento e desenvolvimento de habilidades.

A carta propõe a criação de uma “NDC Global” — compromisso que cada país assume para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e combater as mudanças climáticas, como parte do Acordo de Paris. A Agenda de Ação deve “mobilizar todas as partes interessadas para trabalhar ao lado dos governos em prol de causas globais, como interromper e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030.”

“Que a COP30 seja o momento em que inauguramos uma nova era em que a ação coletiva se torna nossa solução climática mais duradoura. A hora do mutirão pela Agenda de Ação é agora”, reforça Corrêa do Lago.

Para Maria Netto, diretora-executiva do Instituto Clima e Sociedade (ICS), “a Agenda de Ação é um passo oportuno para resultados concretos em Belém, especialmente em seu alinhamento com o GST”. “Agora é o momento de transformar ambição em ação

— apresentando e dando escala a soluções concretas de líderes empresariais e de estados e cidades. Os esforços devem ser politicamente reconhecidos e acompanhados de fortes mecanismos de verificação e monitoramento para garantir que realmente promovam os objetivos do Acordo de Paris. O progresso climático real e inclusivo não só é possível como já está acontecendo e deve ser visibilizado”, frisa.

Sociedade

A carta de intenções do Brasil foi saudada por organizações ambientais. No entanto, há um receio de que as discussões em torno da COP30 fiquem restritas a governos e representantes do setor privado, deixando a sociedade civil à margem das decisões. Organizações sociais, povos indígenas, juvenis e comunidades tradicionais cobram a ampliação da participação nas discussões.

Tomaz Silva/Agência Brasil



Corrêa do Lago luta para que conferência de Belém não seja um fracasso

“É essencial criar capacidade para que o regime possa abraçar o aprofundamento do envolvimento da sociedade civil e fortalecer os mecanismos de transparência. Precisamos

ser capazes de acompanhar o progresso e garantir o cumprimento dos compromissos”, exigiu Tatiana Oliveira, especialista em Políticas Públicas do WWF-Brasil.